

Tribuna

Vitória da democracia

Ao longo dos últimos anos, o financiamento empresarial e o abuso do poder econômico têm sido os responsáveis por grande parte das distorções da democracia brasileira, e estão relacionados com a maioria dos casos de corrupção. É necessário reconhecer que o fim do financiamento empresarial para campanhas

A presidente Dilma Rousseff teve coragem de enfrentar o tema e vetar o financiamento aprovado pela Câmara, mas a sociedade deve estar atenta...

e partidos irá qualificar a política brasileira, ajudar a combater a corrupção e tornar as campanhas mais justas. Como ocorre em quase 40 países que proíbem a contribuição de empresas, entre eles, França e Portugal. Infelizmente, na Câmara dos Deputados, a votação da reforma política e do fim do financiamento empresarial terminou mal.

Em ato autoritário, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), encerrou os trabalhos da comissão especial para a reforma, destituiu o relator e impediu a votação. A seguir, na votação em plenário, Cunha foi derrotado ao tentar garantir o status de direito constitucional ao financiamento empresarial. Mesmo assim, manobrou, repetiu a votação de forma ilegal e aprovou o financiamento. No



*Marcos Gehlen
Vereador - PT*

entanto, o Supremo Tribunal Federal acabou decidindo pela inconstitucionalidade do financiamento empresarial, exatamente por violar cláusulas. Essa decisão é resultado da luta travada por mais de uma centena de entidades e movimentos sociais em defesa da reforma política, como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), UNE (União Nacional dos Estudantes) e CUT (Central Única dos Trabalhadores), que, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil, pediram a inconstitucionalidade do financiamento empresarial para campanhas e partidos. A presidenta Dilma Rousseff teve coragem de enfrentar o tema e vetar o financiamento aprovado pela Câmara, mas a sociedade deve estar atenta às manobras que estão em andamento para a volta do financiamento empresarial. Uma delas pretende apresentar Proposta de Emenda Constitucional permitindo o retorno do financiamento.

Nestes 30 anos de redemocratização do Brasil, a regularidade das eleições, a consolidação das instituições democráticas, a participação da sociedade e o respeito ao resultado das disputas eleitorais demonstram que são inegáveis os avanços conquistados. Não podemos parar, não podemos deixar de fazer nossa parte aqui, na esfera em que atuamos. Seguimos em frente na construção da boa política.